

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)
DO SENADO FEDERAL**

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS E
SOCIAIS DA PEC 55
(PEC 241 DA CD)**

COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

NOTA DO COFECON SOBRE A PEC SF 55/CD 241

O Brasil precisa retomar o quanto antes o crescimento econômico, mas **não a qualquer preço**, e sim preservando a inclusão social e avançando na distribuição social e espacial da renda.

Experiência de crescimento econômico com exclusão social e concentração social da renda já houve no Brasil, foi o período do chamado “Milagre Brasileiro” na Ditadura Militar.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

A sociedade brasileira fez uma opção em 1988, inserindo na Constituição um sistema de seguridade social e de educação pública que, naturalmente, demanda vultosos recursos.

| EVOLUÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA | | |
|------------------------------|--------------------------|----------|
| ANO | DESPESA PRIMÁRIA/PIB (%) | VARIAÇÃO |
| 1988 | 10,2 | - |
| 1994 | 13,6 | 3,4 p.p. |
| 2002 | 15,6 | 2,0 p.p. |
| 2010 | 16,9 | 1,3 p.p. |
| 2013 | 17,2 | 0,3 p.p. |
| 2015 | 19,5 | 2,3 p.p. |
| | | |
| 2036 | 11,5 | - 8 p.p. |

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

A partir de 1988 os gastos primários cresceram porque instituímos o SUS, o seguro desemprego, a multiplicação dos gastos com aposentadoria rural, o aumento real do SM, o PBF.....

É este sistema que hoje, mesmo com forte queda do PIB e do nível de emprego, **impede que tenhamos** hordas de flagelados, saques a supermercados e quebra-quebras nas periferias das metrópoles, como ocorreu em passado recente.

Há de fato um desequilíbrio orçamentário, mas o Governo Temer, a burguesia e a grande mídia fazem um verdadeiro....

terrorismo fiscal.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

| DÍVIDA DOS GOVERNOS, DAS EMPRESAS E DAS FAMÍLIAS/PIB (%) EM PAÍSES SELECIONADOS | | | |
|---|------------|------------|------------|
| País | Governo | Empresas | Famílias |
| Brasil | 74 | 47 | 26 |
| EUA | 102 | 72 | 78 |
| Reino Unido | 108 | 71 | 878 |
| Zona do Euro | 107 | 105 | 59 |
| Japão | 227 | 101 | 66 |
| Índia | 68 | 51 | 10 |
| China | 45 | 169 | 41 |
| P. Emergentes | 45 | 106 | 35 |

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Mas não obstante os avanços nas últimas décadas, o Brasil persiste como um dos países de maior desigualdade social.

E o principal mecanismo de concentração da renda e da riqueza é nosso **modelo tributário, altamente regressivo, economicamente irracional e socialmente injusto.**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Não há como atender às crescentes demandas sociais sem mexermos em nosso modelo tributário, no qual **72% da arrecadação de tributos se dão sobre o consumo (56%) e sobre a renda do trabalho (16%),** ficando a tributação sobre a renda do capital e a riqueza com apenas 28%.

Estamos na contramão do restante do mundo, pois na média dos países da OCDE, por exemplo, **a tributação sobre a renda do capital representa 67% do total dos tributos arrecadados,** restando apenas 33% sobre consumo e renda do trabalho.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Contudo, em lugar deste debate, adota-se o caminho mais fácil, jogando o ônus nos ombros dos mais pobres.

Dessa forma, o governo traça **um falso diagnóstico, identificando uma suposta e inexistente gastança do setor público**, responsabilizando despesas com saúde, educação, previdência e assistência social pelo aumento do déficit.

Dessa forma, omite as efetivas razões, que são **os gastos com juros da dívida pública (responsáveis por 80% do déficit nominal)**, as excessivas renúncias fiscais, o baixo nível de combate à sonegação fiscal, a frustração da receita, etc.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Para buscar o reequilíbrio das contas públicas, o governo Temer propõe um conjunto de ações cujos efeitos negativos recairão sobre a população mais vulnerável, sendo a PEC 55/241 uma das principais.

O congelamento em valores reais das despesas sociais é inaceitável, visto que **o atual volume de recursos para essas áreas já é insuficiente** para ofertar à população um serviço de melhor qualidade e que atenda de forma plena a demanda.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Segundo o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde, estima-se que a medida, caso implementada, **reduzirá em R\$ 650 bilhões os recursos do setor nos próximos 20 anos**, recursos esses já insuficientes para atender uma população que envelhece rapidamente, demandando investimentos crescentes.

O orçamento de C&T já caiu 42% entre 2013 (R\$ 7,9 bilhões) e 2016 (R\$ 4,61 bilhões).

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

O Cofecon apoia a correção da geração de déficits persistentes e excessivos ocorrida no Brasil em período recente, mas o chamado “Novo Regime Fiscal”, proposto pela PEC 55/241 pode trazer consequências desfavoráveis, passíveis de serem evitadas, ainda que deva favorecer a retomada da atividade econômica num primeiro momento.

**(aumentando a exclusão e
concentrando renda)**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Os **gastos públicos primários da União**, em termos globais, têm **contribuído para diminuir as desigualdades**, o que pode ser comprometido com o atual formato da PEC 55/241.

A **ação do Estado em outras áreas tem gerado efeito inverso**, concorrendo para acentuar essas desigualdades, como é o caso da **política tributária**, pela regressividade dos tributos, e da **política monetária**, pelos níveis de taxas básicas reais de juros.

(desde há muito tempo).

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Por que precisamos pagar a taxa básica de juros mais alta do mundo, inclusive do que países com condições bem menos favoráveis, para controlar nossa inflação e rolar nossa dívida pública?

Em todo caso, temos instrumentos adicionais de controle do crédito, tais como alíquotas de recolhimentos compulsórios, limites de alavancagem das instituições financeiras e de parcelas de empréstimos, que poderiam viabilizar níveis menos elevados de taxas de juros.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Assim, ganham demais e pagam impostos de menos os que têm recursos para mantê-los em títulos públicos, com os níveis de taxa de juros recebidos, ou em ações e quotas de empresas, com seus dividendos recebidos isentos de imposto de renda.

Atualmente o imposto de renda sobre lucros e dividendos distribuídos vigora em 35 dos 36 integrantes da OCDE, tendo deixado de ser cobrado no Brasil desde 1996. Seu retorno, mesmo com a reduzida alíquota de 15% com que vigorava, teria propiciado uma arrecadação de R\$ 53 bilhões/ano.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Além de maior equidade, reduzir os gastos com o serviço da dívida e elevar a tributação dos mais ricos seria mais eficiente por prejudicar menos o crescimento econômico, na medida em que **preservaria mais a demanda agregada**, pois esses contribuintes não precisam retrainir seu consumo se ganharem menos juros ou pagarem mais impostos.

(novamente a questão do modelo de desenvolvimento)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Limites apenas para as despesas correntes e em termos de participação no PIB nominal seriam menos perniciosos, principalmente se essa participação puder ser alterada por cada novo governo.

Ao contrário do argumentado na Exposição de Motivos que acompanha o texto da PEC 241 (EMI nº 00083/2016 MF MPDG), limites em participação no PIB nominal não teriam caráter pró-cíclico, pois o governo não precisaria nem deveria gastar até o limite todos os anos.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

A política fiscal deveria ser pautada por **gastos abaixo dos limites nos períodos de expansão**, que seriam acumulados para poder **aumentar seus gastos nos períodos de recessão**.

As despesas de capital sem esse tipo de limitação manteriam **maior liberdade aos investimentos públicos**, que são gastos essenciais para elevação do bem-estar e **viabilização de uma série de investimentos privados**.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

CONCLUSÃO:

1. A PEC 55/241 foca apenas os gastos não financeiros, as despesas primárias: essencialmente gastos sociais, pessoal e custeio.
2. Exclui do esforço os gastos financeiros (juros da dívida pública) .
3. Não há medidas quanto às “bolsas empresário”.
4. Não há nenhuma ação para enfrentar o déficit pelo lado da receita (tributação progressiva).
5. O propósito é reduzir gastos retirando direitos (quebrando os movimentos sindicais e sociais) e garantir o naco no orçamento para a burguesia.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

www.cofecon.org.br